O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE ESCOLAS DEMOCRÁTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ELISABETH KLINGOHR GARCIA

RESUMO: Este artigo tem por finalidade abordar aspectos que levam a criação de uma escola democrática, abordando os conceitos de democracia, os ideais aplicados a democracia em um ambiente escolar, currículo e os indivíduos envolvidos neste processo. Trata de forma analítica os conceitos e processos que estão envolvidos na evolução histórica deste sistema, observando a origem da fusão da escola com a democracia e como foi tomando forma para chegar ao formato que conhecemos hoje. Através da democratização da informação e da desconstrução de preconceitos relativos à educação inclusiva conseguiremos contribuir de forma eficaz para a importância de se repensar a educação como direito de todo cidadão brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Escola democrática. Processos democráticos. Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Existem problemáticas dentro do sistema educacional que há anos procura-se uma forma de saná-las. Diversas práticas já foram sugeridas, aplicadas e experimentadas. Delas surgiram novas ideias associadas a melhorias das anteriores.

Atualmente observamos esforços no sentido de democratizar o ambiente escolar, de forma que a mudança aplicada ainda em tenra idade possa gerar reflexos na vida adulta de toda uma população. Este mecanismo é chamado de escolas democráticas, geridas dentro de um sistema democrático.

Esta gestão democrática implica na aplicação de mecanismos legais e institucionais que estimulem a participação social para formulação de políticas educacionais, no planejamento, na tomada de decisões, na escolha do uso dos recursos até o aperfeiçoamento da política educacional em si.

Para que isto aconteça faz-se necessário refletir sobre alguns pontos cruciais para um bom desenvolvimento do processo: democraticamente falando, como é a vivência nas escolas, quais os desafios para sua aplicação, como oportunizar a participação da comunidade educativa, qual a relação entre democratização e qualidade de ensino, o entendimento do que é gestão democrática, como ela é vivida nas escolas, entre outros correlacionados.

A metodologia aplicada a este artigo foi revisão bibliográfica com base em autores que discorrem sobre o tema.

1. O CONCEITO DE DEMOCRACIA

Democracia de acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2008) quer dizer: governo do povo; soberania popular. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e na distribuição equitativa do poder.

Democracia é uma forma de governo em que todos os cidadãos elegíveis participam igualmente — diretamente ou através de representantes eleitos — na proposta, no desenvolvimento e na criação de leis". Ela abrange as condições sociais, econômicas e culturais que permitem o exercício livre e igual da autodeterminação política. Uma teoria sustenta que a democracia exige três princípios fundamentais:

1) a soberania reside nos níveis mais baixos de autoridade;

2) igualdade política e

3) normas sociais pelas quais os indivíduos e as instituições só consideram aceitáveis atos que refletem os dois primeiros princípios citados. (Wikipédia, A enciclopédia livre)

Existem diversos tipos de democracia pautados no conceito acima, porém o que será levado em conta refere-se ao princípio de democracia participativa, que dá direitos iguais de participação de estudantes, pais, professores e funcionários. Neste sistema os alunos são vistos como protagonistas do processo educacional, inferindo ideias e propostas em tudo que tange a aprendizagem, ensino e liderança. Os professores, pais e funcionários são os mediadores deste processo. Desta forma há um comprometimento democrático fundamentando uma construção coletiva dos espaços e relações.

Para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar, crie um ambiente propício que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional.

Segundo Singer (2007) existem três princípios que norteiam uma educação democrática:

1º Autogestão: as pessoas que participam de uma experiência de Educação Democrática são responsáveis por ela.

2º Prazer do conhecimento: acredita-se que o conhecimento traz alegria, prazer, e por isso as pessoas se envolvem com ele, não sendo necessárias punições ou disciplinas.

3º Não há hierarquia no conhecimento: o conhecimento científco, o conhecimento académico, o conhecimento comunitário, o conhecimento tradicional, o conhecimento religioso, todos os conhecimentos são valorizados, respeitados e crescem justamente no seu contato.

A psicóloga Manuela Machado Duarte Rodrigues, ao fazer a comparação entre a escola de ensino tradicional e uma que siga um método democrático, entre uma sala de aula onde "se ensina" e uma sala de aula "orientada para que se aprenda", diz:

Na primeira, a responsabilidade do processo ensino/aprendizagem recai sobre uma só pessoa, e os métodos são habitualmente repetitivos e constantes: o professor expõe, e é exigido ao aluno que ouça com atenção. Numa sala cujo professor acredita no protagonismo dos alunos para a aquisição dos seus próprios conhecimentos, as atividades de aprendizagem realizam-se de várias maneiras de acordo com os saberes, imaginação, motivação e interesses de cada um dos alunos. A responsabilidade aqui é partilhada sendo que os alunos não estão pacifcos e atentamente a ouvir, mas ativos no processo de apropriação dos saberes. (RODRIGUES, 2013)

2. MOTIVOS PARA UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA

O foco de todo o estudo voltado para a educação tem por objetivo propiciar uma aprendizagem signifcativa. É comum encontrarmos aprendizagens que não fazem a diferença efetiva na vida do educando e isto tem feito com que a criança tenha cada vez menos interesse pela escola. Quando esta aprendizagem cria signifcado, a motivação também surge, o que proporciona possibilidades reais de melhoria em sua qualidade de vida. Uma escola democrática atende esses princípios visando à aprendizagem individual valorizando a maneira que cada um tem de construir sua aprendizagem.

Uma proposta de Piaget (apud LUDWIG, 1998) diz respeito ao planejamento participativo, que se fundamenta no pressuposto de que o homem é capaz de estabelecer normas de conduta de acordo com as circunstâncias e conviver com a incerteza. Os programadores e executores fazem parte da mesma equipe esse planejamento procura envolver todos os elementos relacionados ao ato de educar: alunos, professores, dirigentes, pais, funcionários, pais e membros da comunidade. Como se pode notar esse tipo de sistema atende ao princípio básico da democracia, que é o da igualdade de direitos de todos os indivíduos em termos de propostas, discussões e escolhas.

Ainda que de forma velada, há um discurso em teoria e uma prática totalmente adversa. Embora o sistema diga que tem por objetivo incentivar o aluno a pensar de forma crítica o que se vê é uma censura a conteúdos e materiais. Isto não é desproposital.

Há um grupo que se favorece deste deturpamento do que é democracia e do que é uma escola democrática. Por trás das garantias de direitos está um controle disfarçado, que nem de longe deveria ser confundido com democracia. Tendo em vista esta obscuridade, onde podemos lançar luz às ideias, esclarecê-las e efcazmente tomar uma atitude contra este sistema? Dentro de uma escola verdadeiramente democrática e que só será construída por nós, os interessados.

3. AS CONDIÇÕES DAS QUAIS A DEMOCRACIA DEPENDE

De acordo com Beane (2013: 91-110), sete condições são imprescindíveis para esta democracia. Abordarei individualmente cada uma delas.

1º O livre fuxo das ideias

Como em um artigo de opinião, existem sempre grupos que defendem uma abordagem A ou uma abordagem B. Ainda que sejam visões antagônicas, ambas devem ser levadas em consideração e vistas com respeito e seriedade. O fato de que uma seja mais recorrente que a outra não a legitima.

2º Fé na capacidade do outro

Seja de forma individual ou coletiva, cada indivíduo tem formas e mecanismos para resolver as difculdades que encontra pelo caminho. Independente de quais sejam, devem ser discutidas e analisadas suas viabilidades. O pensamento de que suas alternativas são melhores do que a dos outros fere diretamente esta condição.

3º Reflexão e análise crítica

Desde ideias até problemas ou sistema político as decisões ou construção de pensamento nao devem ser levadas por impulso, emoção, afetividade ou graus de favorecimento e amizade. O pensamento fundamental a este sistema é o que surge de uma reflexão séria, fundamentada em análises críticas sobre as possibilidades e opções.

4º Empatia

Os individualismos devem ser deixados de lado em favorecimento de um bem-estar coletivo. Deve ser levado em conta, para qualquer decisão, o quanto ela afeta a todos, os prós e os contras coletivos em detrimento do indivíduo exclusivamente.

5º Respeito aos direitos e às minorias

O respeito não deve ser visto como algo separado em níveis ou hierarquias. Tomando como exemplo uma relação de trabalho, independe se um indivíduo é o dono da empresa e o outro um porteiro. O respeito deve existir em todas as relações. Não se trata apenas de um respeito superficial, mas sim um respeito pela outra vida além da sua. Ver o indivíduo pelo que ele é e não pelo que faz.

Reconhecer as minorias e tratá-las com respeito não é o mesmo que ter pena por um grupo. Partindo do princípio que somos todos iguais, ninguém é digno de pena por parte de ninguém. Embora seja representante de minorias, acima de tudo é um ser humano e deve ser respeitado como tal.

6º A compreensão de democracia

A democracia em si não deve ser vista como um conjunto de regras a serem seguidas e sim como uma filosofia de vida em que os idivíduos determinam alguns procedimentos porque todos concordam que aquela é a melhor forma de conviverem em grupo.

Há também uma necessidade de se desmistificar que esta é uma prerrogativa de adultos, que despreza a participação dos jovens. Como cita Maxine Greene: "Com certeza é uma obrigação da educação numa democracia dar condições aos jovens de se tornrem membros do espaço público, de participare e de desempenharem papéis no espaço público".

7º Apoio institucional

A criação e manutenção de instituições que promovam e apliem este modo de vida criado e idealizado, o democrático.

4. A ASSOCIAÇÃO DA DEMOCRACIA COM A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

No tocante desta associação surge o termo "escola democrática", que vem a ser um espaço estruturado e com processos democráticos, com um currículo democrático. A palavra chave é cooperação. O comprometimento não é apenas no sentido de amenizar as desigualdades, mas sim de mudar as condições que a geram.

Um entrave nesta definição é a presença de políticas populistas locais que nem sempre servem a fns democráticos. As escolas públicas visam esclarecer este ponto, oferecendo um quadro das ideias e ensinando a fazer um exame crítico de cada uma delas, reduzindo a problemática inicial.

Delfattore (1993) cita inclusive um exemplo recorrente que é sobre os fundamentalistas religiosos, que exigem que as ideias e materiais passíveis de serem valoriados nas escolas se limitem àqueles que defendem seus próprios valores.

Dentro deste processo a diversidade é vista como algo positivo. É justamente a pluraridade de ideias, valores, idade, cultura, gostos, sexo, aspirações e capacidades que propiciam a criação de ideias ricas e complementares, passíveis de uma análise crítica de qualidade.

5. CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DEMOCRÁTICO

Para Medeiros (2000) no tocante curricular o foco não é precisamente conteudista. Embora este aspecto também seja considerado, a atenção é voltada a fundamentos sobre justiça, poder, dignidade e autoestima. Algumas escolas trabalham isto de forma equivocada, restringindo o conhecimento transmitido endossado pela cultura dominante, excluindo minorias e direcionando o aprendizado a meras leituras escolares e fundamentadas em guias escolares.

A quebra deste sistema que se extendeu por anos é algo árduo e que demanda paciência, persistência e muito conhecimento sobre aquilo a que se propõe. Neste caso o conhecimento acerca dos processos democráticos.

A condução a criação de indivíduos críticos passa por refexões como a orgem das informações, o propósito, a confabilidade e os grupos que se favorecem desta refexão. O pleno conhecimento sobre a natureza e a especifcidade da educação deve, portanto, ser o eixo norteador para a construção do currículo escolar, de modo a torná-lo um instrumento de legitimação da

democracia e não das políticas neoliberais, que atrelam o conhecimento aos saberes cotidianos e depois os traduzem em forma de estatísticas.

Para isso a necessidade da formação teórica, crítica e política do gestor, para saber discernir as atitudes as serem tomadas diante dessas políticas, de forma que a escola possa exercer a função que lhe é intrínseca: promover o acesso aos conhecimentos historicamente elaborados e a formação do sujeito enquanto agente transformador.

6. GESTÃO DEMOCRÁTICA

De acordo com Luck (2006), gestão é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. Esta definição é muita próxima do que já foi abordado dentro de escolas democráticas. Ela apenas complementa com o fato de que a ação conjunta com o compartilhamento das responsabilidades no processo de tomada de decisão é fundamental.

É importante esclarecer que gestão não é o mesmo que administração. Na primeira há uma participação coletiva, enquanto que na segunda não necessariamente. Isto foi definido dentro de um novo paradigma que tem uma orientação transformadora que conduz paralelamente os contextos internos e externos.

Esta gestão possui algumas limitações no que diz respeito ao ambiente de trabalho e a imprevisibilidade do comportamento humano e administração de intercorrências. Problemas não são vistos como algo ruim e sim como uma oportunidade de readaptação e melhoria. A consciência de que qualquer resultado positivo não se mantém sem comprometimento em sustentá-lo. A busca por recursos e a dinâmica de reelaboração de modelos administrativos é constante.

Outro desafio é manter a comunidade escolar participativa e disposta a aceitar as decisões tomadas coletivamente e segui-las. Qualidade está sempre acima de quantidade, o que gera resultados em longo prazo e não imediatos.

7. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A escola inclusiva diferente de muitas escolas tem como principio a relação professor aluno mantendo uma proximidade maior do educador do educando com o sentido de sanar as dificuldades de aprendizagens buscando sempre o aprendizado de todos. A relação da comunidade escolar é também muito importante, pais, educadores, gestão discutem as alterações na instituição, pois o processo educativo é entendido como um processo social, porque todas as crianças que possui necessidades especiais tem o direito a escolarização, isto é, o objetivo principal é que a criança tenha o direito de ser integrada e respeitada pela sociedade.

Para mudar esse painel de descaso a educação em modo geral dever rever os seus conceitos de educação inclusiva incluir no sentido de fazer e não apenas a teoria. Santos (2010) afirma “a educação multicultural baseia-se no reconhecimento das diferenças, no respeito delas e proporcionar que todos tenham acesso a conhecimentos e ativa participação, sendo capazes de sentirem e se imporem como partes do ambiente escolar”.

A escola deve propiciar formas para que o educando possa se sentir protagonista da suas aprendizagens que todos tenha o direito de conviver em harmonia com diferentes grupos em uma cultura multifacetada.

Sabemos que a educação para os alunos com necessidades especiais está garantida por lei, Constituição Federal, Lei nº 7.853/89, chamada “Lei da Integração”, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como também o decreto nº 3298 de 1999 (que regulamentou a Lei 7853/89) etc. Mas também sabemos que só as leis não garante o ensino de qualidade para o aluno com necessidades especiais. Ressaltamos que o conceito de Escola Inclusiva conforme as Diretrizes Curriculares para a Educação Especial (MEC/SEESP, 1998):

Implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na integração social e sua opção por práticas heterogêneas na escola, capacita seu professor prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos com necessidades especiais. (AVA – A formação do pedagogo para lidar com a inclusão educacional do educando com deficiência visual p. 2).

Precisamos de escolas inclusivas preparadas para receber o aluno com necessidades especiais. Os professores devem ser capacitados e comprometidos com a aprendizagem, dispostos a aprender a flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento; avaliar continuamente a eficácia do processo educativo; atuar em equipe e em conjunto com o professor especializado.

A riqueza da diversidade presente da sala de aula deve servir de estímulo para cada professor rever sua prática docente e começar a discernir sobre as possíveis contribuições que essa diversidade, aparentemente estranha, acrescenta em sua formação hu-

mana, pessoal e profissional.

A sociedade inclusiva que almejamos deve pautar-se na compreensão do significado do termo "inclusão". Educar para a inclusão é afirmar que Todos têm o direito de estudar numa escola regular com outros educando, construindo juntos os conhecimentos. Incluir não se restringe apenas na inserção do educando com necessidades especiais no ensino regular, sem acompanhamento específico. Os educadores necessitam de apoio técnico e acompanhamento pedagógico para reavaliarem suas práticas assim como ajudarem seus alunos na prazerosa tarefa da busca pelo conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de uma escola democrática embora pareça simples na verdade é exaustiva e confituosa, mas os benefícios trazidos pela sua manutenção são imprescindíveis a uma sociedade sustentável.

Marcada por contradições, confitos e controvérsias, a dificuldade da manutenção só não está acima dos esforços diante das correntes antidemocráticas da opinião pública e das políticas educacionais.

Dentro da perspectiva democrática todos os segmentos (pais, professores, alunos e funcionários) devem ter participação ativa, portanto todos devem ter acesso às informaçõs para que tomada de decisões seja consciente. Os conselhos e assembléias devem ter funções deliberativas, de forma que possam dirigir e avaliar todo o processo de gestão escolar.

O projeto político-pedagógico deve ser construído através de um planejamento participativo, envolvendo diagnóstico, estabelecimento de diretrizes, objetivos, metas, execução e avaliação.

Em suma, uma escola democrática existe dentro de um sistema democrático onde eleição de direção, conselho escolar, descentralização fnanceira e práticas efetivas de participação coexistem com as práticas escolares, promovendo a singularidade de cada unidade escolar articulada em um sistema que promova a participação nas políticas educacionais.

Os efeitos positivos da prática da educação inclusiva só poderão ser percebidos quando educadores, familiares e toda a comunidade estiverem convencidos de que o objetivo da educação inclusiva é garantir que todos os educando, com ou sem deficiência, participem ativamente das atividades propostas pela escola e na comunidade. Saber que cada aluno tem seu próprio ritmo de aprendizagem e respeitar os avanços ou retrocessos quando o próprio aluno não conseguir avançar nas atividades. Esse respeito ao tempo e ao ritmo de cada aluno às diferenças nos processos de assimilação e desenvolvimento cognitivo é características de uma escola inclusiva.

Para Onofre (2009) sociedade que pretende assumir-se como inclusiva necessita, fundamentalmente, conscientizar-se de que todos os alunos, independentemente de suas peculiaridades, quando convivem e partilham dos mesmos espaços e atividades conseguem compreender e aceitar os outros, reconhecem as competências dos colegas e suas necessidades, respeitam todas as pessoas, lutam para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, desenvolvem e criam laços de amizade, diminuem a ansiedade, o medo e a insegurança diante das dificuldades. Entendemos que só através da democratização da informação e da desconstrução de preconceitos relativos a educação inclusiva conseguiremos contribuir de forma eficaz para a importância de se repensar a educação como direito de todo cidadão brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEANE, A. James. Integração curricular: A essência de uma escola democrática. Currículo sem Fronteira v.3, n.2, pp. 91-110, Jul/Dez 2003. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/beane.pdf. Acesso em 14 fev.2014

DELFATTORE, Joan. "Why Johnny Can´t Read". New Haven: Yale University Press, 1993.

GADOTTI, Moacir. "Educar para um outro mundo possível: o Fórum Social Mundial como espaço de aprendizagem de uma nova cultura política e como processo transformador da sociedade civil planetária". São Paulo, Publisher Brasil, 2007. LÜCK, Heloísa. "Gestão Educacional: Uma questão paradigmática". Petrópolis: Vozes, 2006.

MEDEIROS, I. L. A gestão democrática na rede municipal de educação de Porto Alegre, de 1989 a 2000 - a tensão entre reforma e mudança. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003

RODRIGUES, Maria Manuela Machado Duarte. Acesso em 03/2014. Disponível em: http://manuelamachadopsicologia.wordpress.com/2013/10/16/escola-democratica-escola-tradicional/

ROSA, Bruna. Gestão democrática na escola depende da articulação da sociedade, diz Helena Singer. Portal Forum. Acesso em 10 maio 2014. Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/blog/2007/09/gestao_democratica_na_escola_depende_da_articula-

cao_da_sociedade_diz_helena_singer/

WIKIPEDIA. A Enciclopédia Livre. Democracia. Acesso em: 20 maio 2014. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia

AURELIO. Dicionário. Democracia. Acesso em: 10 fev.2014. Disponível em: http://www.dicionariodoaurelio.com/Democracia.html

LUDWIG, Antonio Carlos Will. “Democracia e ensino militar”. São Paulo: Cortez 1998

SANTOS, Marcos. Educação Multicultural para a emancipação social dos Surdos. http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=209

RIBEIRO, Larissa. O Multiculturalismo na Educação dos Surdos: A resistência e relevância da diversidade para a educação dos surdos. http://www.webartigos.com/artigos/o-multiculturalismo-na-educacao-dos-surdos/80905/

ONOFRE, Joelson. Educar para uma Educação Inclusiva:2009 http://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/educar-para-uma-sociedade-inclusiva.htm